

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL RURAL SÃO JUDAS PARA A COMUNIDADE RURAL DO ASSENTAMENTO SÃO JUDAS NO MUNICÍPIO DE RIO BRILHANTE-MS

Adrielle Souza SCHMITZ (UFGD - Dourados)
Rodrigo Simão CAMACHO (UFGD - Dourados)
Francieli Aparecida ZENATTI (UFGD - Dourados)

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de refletir a respeito da importância que tem a Escola Municipal Rural São Judas para a comunidade rural do assentamento São Judas. A importância da Escola Municipal Rural São Judas foi levada em consideração logo no início da criação do assentamento São Judas, no Município de Rio Brilhante, MS. A comunidade deste assentamento recebeu a divisão das terras para as famílias, por meio da Reforma Agrária, como um momento muito importante na vida de todos. Mas, era preciso conquistar outros direitos e, entre estes, estava o direito a uma Educação do Campo. Depois de todo um processo que envolveu reuniões entre os membros comunidade, a escola começou a ter a sua história inserida na história do assentamento São Judas. Depois de muita reflexão concluíram como seria benéfico ter uma escola na comunidade ao invés de as crianças irem de transporte para estudar na cidade. Vencido as muitas etapas e desafios, a Escola Municipal Rural São Judas começou a fazer diferença na vida das crianças e da comunidade em geral do assentamento e região. O que, de início, teve certa rejeição por parte da comunidade, aos poucos, foi sendo provado, por meio do bom trabalho realizado com os educandos da escola, que a decisão foi certa e trouxe benefícios para a comunidade. As famílias ficaram satisfeitas com a contribuição que a escola passou a oferecer na vida dos estudantes e da comunidade de maneira geral. Como a qualidade de ensino e o compromisso e dedicação dos educadores da Escola Municipal Rural São Judas foram avaliados pelos assentados? Que influência teve as melhorias ocorridas na escola e como contribuíram para o aprendizado dos estudantes? Os resultados e respostas foram alcançados mediante pesquisa bibliográfica e entrevistas com estudantes, professores e a comunidade. As implicações deste trabalho reforçam o papel da Reforma Agrária como fornecedora de meios não apenas para sobreviver do trabalho na terra, mas também, de se reproduzir uma identidade campestre por meio da construção de saberes na escola do campo a partir de conhecimentos emancipatórios e que dialogam com a realidade vivida pelos educandos. Consideramos que a Escola Municipal Rural São Judas é um bom exemplo de como uma Escola do Campo pode ser transformadora.

Palavras-chave: Escola Municipal Rural São Judas, Reforma Agrária, Educação do Campo, Assentamento São Judas.

INTRODUÇÃO

A luta por uma Educação do Campo está diretamente relacionada à luta pela terra no estado do Mato Grosso do Sul, mais precisamente no Município de Rio Brilhante, com a Reforma Agrária. Lutar pela terra implica que também se lute por uma educação voltada à realidade camponesa.

A implantação da Escola Municipal Rural São Judas no assentamento São Judas, no município de Rio Brilhante, MS, ocorreu em 1999. A comunidade deste assentamento recebeu a divisão das terras para as famílias, por meio da Reforma Agrária, como um momento muito importante na vida de todos. Mas, era preciso conquistar outros direitos e, entre estes, estava o direito a uma Educação do Campo.

Depois de todo um processo que envolveu reuniões entre os membros da comunidade, a escola começou a ter a sua história inserida na história do assentamento São Judas. Com muita reflexão concluíram como seria benéfico ter uma escola na comunidade ao invés de as crianças irem de transporte para estudar na cidade. Os voluntários contribuíram na construção de uma escola com a identidade camponesa. Vencido as muitas etapas e desafios, a Escola Municipal Rural São Judas começou a fazer diferença na vida das crianças e da comunidade em geral do assentamento e região.

Neste trabalho procuramos estudar a Escola Municipal Rural São Judas de Rio Brilhante, MS, em sua influência e importância para a comunidade rural do assentamento São Judas, procurando compreender como ela contribui significativamente na vida das famílias daquela região e, concomitantemente, como as famílias camponesas, influenciam na escola. Este estudo nos levou a ter um olhar mais amplo do que estava envolvido na criação da escola na história do assentamento. Com esse trabalho analisamos a importância de ter uma Escola do Campo (Escola Municipal São Judas) e como ela influencia nas relações sociais dos camponeses – assentados e dos estudantes do assentamento São Judas (grupo MST), no município de Rio Brilhante-MS.

A Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul

Para entendermos sobre reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul, precisamos entender como se deu historicamente o processo de concentração de terras no Brasil. A grande concentração de terras está relacionada a um processo histórico de ocupação do território brasileiro baseado em um modelo de distribuição de terras imposto pela chegada dos europeus ao continente americano. A primeira forma de distribuição de terras no Brasil foi a sesmarias.

O sistema de concessão sesmarias foi uma transposição de um ordenamento jurídico existente em Portugal, para as terras da colônia brasileira. Essa ordenação, criada no final do século XIV, visava em Portugal evitar uma crise de alimentos e impedir o esvaziamento do campo. (SILVA, 2008, p.41).

Outro marco histórico foi a lei de terras de 1850 que tornou a terra propriedade privada, o império decretou essa lei para consolidar a perversa concentração fundiária. É nela que se encontra a origem de uma prática trivial do latifúndio brasileiro: a grilagem de terras - a apropriação de terras devolutas através de documentos forjados – que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural e formalizou as bases para a desigualdade social e territorial que hoje conhecemos (MST, 2001, p.70).

Com a Lei de Terras de 1850 decretada por D. Pedro II, cujo objetivo era manter os privilégios da elite, que na época eram os senhores escravocratas. Ou seja, dando um preço a terra, restringe-se o acesso a ela e, mantinha-se a classe de ex-escravos e imigrantes europeus subordinadas como mão - de - obra. (CAMACHO, 2008, p. 40).

Outro marco histórico decisivo foi a Proclamação da República, após esta data se intensificou a concentração fundiária, pois as elites regionais poderiam decidir sobre o destino das terras. Foi quando o governo vendia ou arrendava terras devolutas a grandes proprietários. Para Fabrini (2008), em Mato Grosso do Sul, o Estado não foi apenas planejador, mas indutor da formação das grandes propriedades a partir da concessão e venda de terras devolutas às empresas colonizadoras e grandes capitalistas.

Outro marco histórico que intensificou a concentração de terras porque causou o êxodo rural, foi a “ Revolução Verde” que trouxe para o campo um modelo de produção incompatível com as relações camponesas de produção. Revolução verde foi concebida como um pacote tecnológico de insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terras, conjugado ao

difusionismo tecnológico, bem como uma base ideológica de valorização do processo. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura. (PEREIRA, 2012, p. 187).

A concentração de terras no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, fez emergir a necessidade de o Estado implementar uma Reforma Agrária. Este é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir (STEDILE, 2012, p.659). Todavia, podemos dizer que apesar de ser o governo que implanta a Reforma Agrária, quem faz reforma agrária, de fato, são os próprios camponeses.

Ora, se o objetivo da Reforma Agrária é o de promover justiça social no campo, por meio de se criar condições de se produzir e de se viver dignas para o trabalhador rural, então a questão fundiária passa a ser um dos meios para esse objetivo, e não, como ela é vista hoje, na questão principal das políticas de reforma agrária. (BENINI; BENINI, 2008, p.08).

A Reforma Agrária surgiu para que os camponeses tenham acesso as terras. Mesmo assim, a maioria dos filhos dos camponeses, ainda precisarão lutar para conseguir efetivar seu direito pela terra e, assim, poder produzir e viver na/da terra.

Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terá condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a 'estrada'. A "estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra". (OLIVEIRA, 2001, p. 188).

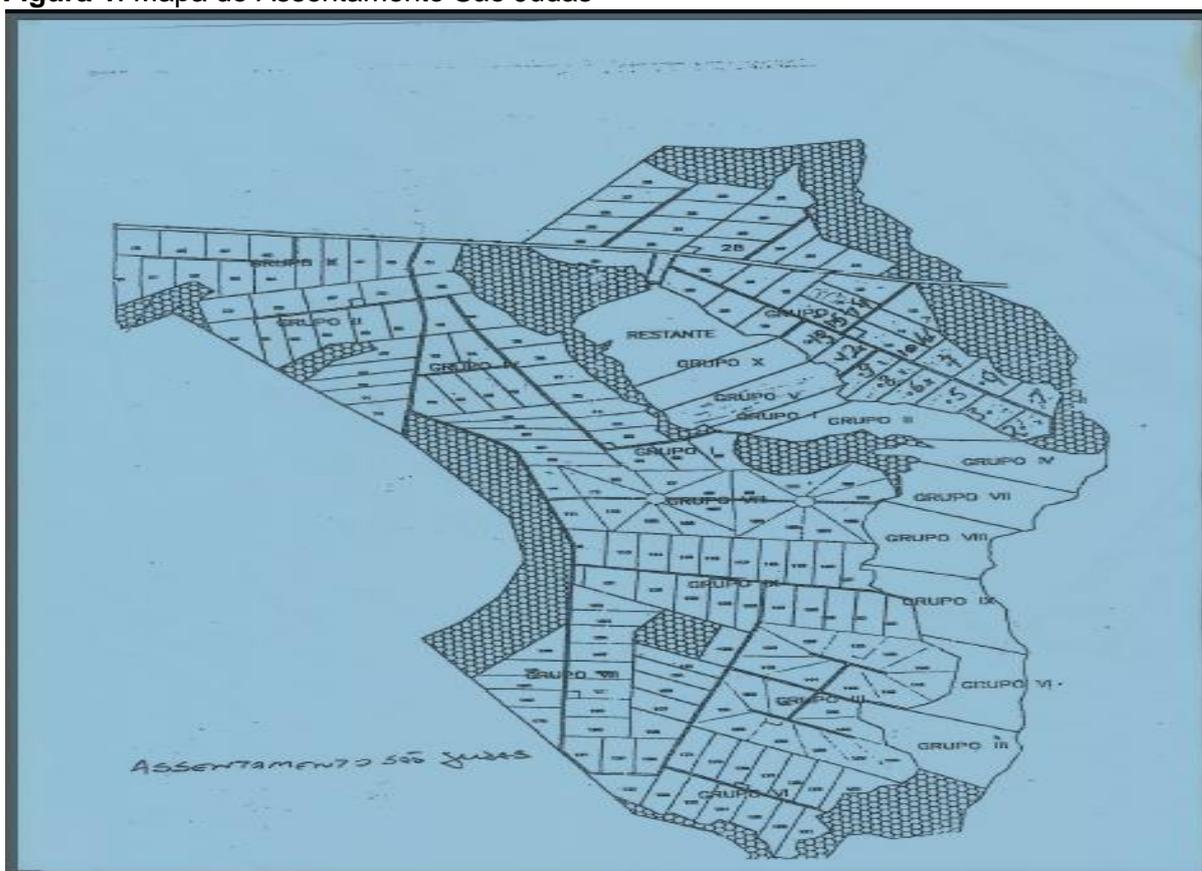
Compreendemos que a Reforma Agrária não pode ser apenas a divisão de terras. A reforma agrária deve abranger um conjunto de políticas públicas que permita ao assentado produzir e viver com dignidade. Por isso, os movimentos sociais continuam lutando pelos seus direitos mesmo após a conquista do assentamento.

É também na busca de atingir esta premissa, que os movimentos e organizações sociais têm construído lutas por políticas públicas complementares à Reforma Agrária, como crédito, comercialização, assistência técnica, saúde, educação na sábia compreensão que "só terra cortada não basta". Neste sentido, lembro importantes vitórias e que se expressam, por exemplo, na implementação das

Diretrizes Nacionais da Educação do Campo, no Programa de Aquisição de Alimentos [PAA] e, mais recentemente, no Programa Nacional de Alimentação Escolar [PNAE], ações que permitem justiça social no campo. (ALMEIDA, 2011, p. 01).

O Assentamento São Judas e a Escola Municipal São Judas no município de Rio Brillhante – MS

Figura 1: Mapa do Assentamento São Judas



Fonte: INCRA (2019).

Este estudo foi realizado no Assentamento São Judas (figura 1) entre os anos de 2018 e 2019.

De acordo com relatos de um assentado, no início do ano de 1997 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) mobilizou um grupo de militantes para que estes fizessem o trabalho de conscientização da população da região Sul do Estado, na intenção de organizar um grande acampamento. Com muito esforço e dedicação no dia 08 de março de 1997, formou um grande acampamento, às margens da BR 163, em Itaquirai, composto por 2.500 famílias; aproximadamente 7.000 pessoas. Este acampamento recebeu o nome de 8 de março. (Entrevista N. I, 05 abr. 2019).

Como era previsto que não haveria uma área que comportasse todo o grupo, o MST discutiu o assentamento dessas famílias por partes, ou seja, conforme eram liberadas as áreas, ocorria sorteio entre os grupos e os sorteados iam sendo assentados. Vieram também 20 pessoas da região de Nioaque e Anastácio, os excedentes. Neste processo, nasceu o assentamento São Judas no município de Rio Brilhante - MS.

A comunidade do assentamento São Judas é procedente de diversas cidades da região como Deodápolis, Novo Horizonte do Sul, Fátima do Sul, Amambai, Campo Grande, Itaquiraí, Nioaque, Anastácio e Aquidauana. Com o assentamento, nasce a possibilidade de uma Escola do Campo para o Assentamento São Judas.

Para entender as convicções e linhas de ações da Educação do Campo que nos ajuda a entender a importância da Escola do Campo, vejamos:

Quando dizemos Por uma Educação do Campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e a escolarização no campo; e pela construção de escola que esteja no campo, mas que também seja do campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não de um mero apêndice da escola pensada na cidade; uma escola enraizada também na prática da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido. (KOLLING, CERIOLI; CALDART, 2002, p.19).

Corroborando com a discussão teórica, nas informações coletadas através de entrevistas com os fundadores do assentamento, obtivemos informações que nos ajudam a entender a importância da escola para a comunidade. De acordo com uma professora entrevistada (Entrevista N. II, 29 jan.2019), após o sorteio, um grupo iniciou a discussão sobre a escola, por divergências, não houve consenso no assentamento em relação à escola ser construída naquele local.

A maioria da comunidade naquele momento optou pelo transporte até as escolas de Rio Brilhante, mas muitos não aceitaram que seus filhos fossem nesse transporte, até porque era muito cansativo, e devido à poeira as crianças chegavam sujas na escola, o que acarretava constrangimento por parte dos alunos. Sendo assim, três professores se prontificaram para dar aula de forma voluntária para esses alunos (Entrevista N. I, 05 abr. 2018).

Depois de todo um processo que envolveu reuniões entre os membros da comunidade, a escola começou a ter a sua história inserida na história do

assentamento São Judas. Com muita reflexão concluíram como seria benéfico ter uma escola na comunidade ao invés de as crianças irem de transporte para estudar na cidade.

Passados 7 meses, foi fornecida aos alunos alimentação: arroz, feijão, óleo e charque. Esta merenda era feita em fogão a lenha e por duas cozinheiras que trabalhavam de forma voluntária, eram elas: Marli Teodoro de Almeida e Maria Lucia. A lenha era retirada pelos pais dos alunos que contribuía também com a limpeza do poço. Na escola não tinha lousa e para a escrita era utilizada a parede da sala que era de Madeirite. Assim, “No ano de 1999 a vida escolar dos alunos foi regularizada, já que estudavam até o momento de forma irregular. Assim, a escola passou a ser extensão da Escola Municipal Rural Artur Tavares de Melo-Polo. E recebia algumas vezes no ano a visita da direção da escola”. (Entrevista N. III, 08 ago. 2018).

No ano de 2001, a escola de Madeirite (figura 2) já não resistia mais ao tempo e através de uma negociação com a prefeitura, a Prof.^a Dalva Maria, secretaria de educação, intermediou um acordo onde a escola passou a funcionar em um retiro, localizado no início do assentamento São Judas. Local que possuía uma pequena estrutura, porém melhor que o local onde as crianças estavam estudando. Tinha 3 salas de aula, onde uma varanda foi improvisada em sala de pré-escola, uma cozinha e foram construídos um banheiro masculino e um feminino, tinha também energia elétrica o que ajudou muito o trabalho.

Figura 2: Escola São Judas na sede da antiga Fazenda Tabuinha – 2000



Fonte: Arquivos da escola São Judas, (2019)

A proposta era iniciar o trabalho nessa estrutura de forma improvisada e já iniciar a construção de 4 salas de aula, de madeira. Assim conforme prometido no ano de 2001, foi inaugurada as 4 salas de aula, com a presença de grande parte da comunidade e representantes da educação do MST. A cozinha continuou funcionando na sala do antigo retiro. A escola atendia em média 79 alunos da pré-escola, 1ª a 4ª série. Um ônibus fazia toda a linha no Assentamento São Judas transportando os alunos até a escola. Os alunos da 5ª a 8ª série estudavam na sede do município.

E iniciou-se no ano de 2002 a construção de um pavilhão de alvenaria, com 4 salas de aula, cozinha, secretaria, banheiro feminino e masculino. Na sala de madeira ficou funcionando a sala dos professores, almoxarifado e a sala da pré-escola.

Após a construção dessas salas no ano de 2003, os alunos da 5ª a 8ª série, que estudavam na sede do município, passaram a fazer parte dessa escola, com professores que vinham da sede do município, no período vespertino. Com esse atendimento a escola contava com uma média de 170 alunos.

É importante ressaltar que a vinda desses alunos se deu de forma voluntária, e aquele impasse que a comunidade tinha em relação a ter uma escola no assentamento foi aos poucos se acabando, o resultado do trabalho realizado em conjunto com a comunidade escolar, e o compromisso dos professores foi provando que é possível ter uma escola no assentamento com qualidade. (Entrevista N. II, jan. 2019).

No ano de 2018, houve algumas mudanças, pois o total de estudantes foi menor que nos anos anteriores, surgindo assim salas multisseriadas, sendo que a pré-escola I e a pré-escola II passou a ocupar a mesma sala, o 1º ano eo 2º ano juntos e o 3º ano e o 4º ano juntos e os outros anos não sofreram multisseriação.

Vejamos na Figura 2, a Localização da Escola São Judas no Assentamento São Judas, em Rio Brilhante, MS.

Figura 3: Localização da Escola Municipal São Judas no Assentamento São Judas, Rio Brilhante, MS



Fonte Google Maps(2019)

A escola funciona no período matutino e oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II. Possui no total 29 funcionários, sendo: 02 monitoras de ônibus, 04 motoristas, 02 merendeiras, 03 auxiliares de limpeza, 13 professores, 1 coordenadora, 1 secretário, 1 diretora e 2 auxiliares de sala.

No ano de 2019 (figura 4) teve a chegada da Escola Família Agrícola (EFAR) no assentamento São Judas, ocupando o mesmo prédio da EM São Judas. Com essa demanda de alunos passa a aumentar as salas multisseriadas. Nestas mudanças a pré-escola I deixa de existir, ficando dividido as series desta forma: pré-escola I e o 1º ano juntos; o 2º ano, o 3º ano e o 4º ano juntos; o 5º ano eo 6º ano juntos, e as outras séries mantiveram-se sem a multisseriação.

A escola agrícola já está recebendo alunos, vai funcionar em período integral, com revezamentos de alunos por quinzenas, a EFAR já foi até a prefeitura, que se localiza no município de Rio Brillhante MS, conseguindo verba para a construção de um alojamento, para alimentação e recursos financeiros para a contratação de professores. (Entrevista N. III, 10 jan. 2019).

Figura 4: Fachada da Escola São Judas2019



Fonte: SOARES, Agélica (2019).

As informações coletadas junto aos moradores do assentamento São Judas através das entrevistas, permitiram conhecer a opinião deles e mostrar que, dentre tantas razões que tornam a Escola Municipal Rural São Judas importante para a sua comunidade, as principais são as seguintes: Valorização da Educação do Campo; Influência no Comportamento dos Alunos; Ambiente Escolar; e Facilidade de Acesso à Escola pelo Transporte.

Os pais responderam ao questionário semiestruturado com suas opiniões a respeito da importância da escola para a comunidade. Das opções já citadas no parágrafo anterior, “Valorização da Educação do Campo”, foi a opção que a maior parte dos pais assinalaram, seguido de “Influência no comportamento dos estudantes”, “Ambiente escolar” e “Facilidade de acesso à escola pelo transporte”.

Pode-se notar o predomínio da “Valorização da Educação do Campo”, mostrando que os pais dos alunos da Escola Municipal Rural São Judas consideram esta valorização como algo muito importante para seus filhos, pois valorizar a Educação do Campo é valorizar a identidade camponesa. Mas, consideraram importante também as outras opções, mostrando que estão contentes com a influência da escola no comportamento dos estudantes e que a facilidade de acesso à escola pelo transporte também é importante, Assim como o ambiente escolar, visto que a grande maioria dos pais conhecem tal ambiente por sempre estarem presentes na escola.

Dos 25 pais que opinaram sobre a importância da escola para a comunidade, 15 assinalaram a opção “Valorização da Educação do Campo”, 7 assinalaram a opção “Influência no comportamento dos estudantes”, 2 assinalaram a opção “Facilidade de acesso à escola pelo transporte e 1 assinalou a opção “Ambiente escolar”.

Tabela 1 –Resposta dos pais ao questionário em formato de enquete

	Total dos pais entrevistados	Porcentagem das respostas
Opções do questionário para os pais		100%
1-Valorização da Educação do Campo	15	60%
2-Influência no Comportamento dos Estudantes	7	28%
3-Facilidade de Acesso à Escola pelo Transporte	2	8%
4-Ambiente Escolar	1	4%

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da Escola Municipal Rural São Judas foi levada em consideração logo no início da criação do assentamento São Judas, no Município de Rio Brillhante, MS. A comunidade deste assentamento recebeu a divisão das terras para as famílias através da Reforma Agrária como um momento muito importante, mas era preciso conquistar outros direitos e, entre estes, estava o direito a uma Educação do Campo.

Depois de todo um processo que envolveu reuniões entre a comunidade, a escola começou a ter a sua história inserida na história do assentamento São Judas. Conclui-se que seria benéfico ter uma escola na comunidade ao invés de as crianças irem de transporte estudar na cidade.

Os muitos voluntários contribuíram na construção de uma identidade camponesa, reforçando a importância de não precisar sair do campo para poder ir para a escola. Vencido as muitas etapas e desafios, a Escola Municipal Rural São Judas começou a fazer diferença na vida das crianças e da comunidade em geral do assentamento e região.

O que, de início, teve certa rejeição por parte da comunidade, aos poucos foi sendo provado, através do bom trabalho realizado com os alunos da escola, que a decisão foi certa e trouxe benefícios para a comunidade, com famílias satisfeitas com a contribuição que a escola passou a fazer na vida de alunos e comunidade.

As respostas dos pais deixaram claro que a qualidade de ensino e o compromisso e dedicação dos educadores da Escola Municipal Rural São Judas são muito bem vistos pelos assentados. As influências foram positivas com as melhorias ocorridas na escola e contribuíram para o aprendizado dos alunos.

As implicações deste trabalho reforçam o papel da Reforma Agrária como fornecedora de meios não apenas para a reprodução material camponesa, mas também de se criar uma identidade campesina que recrie saberes por meio da escola, com a transmissão de conhecimentos transformadores. E a Escola Municipal Rural São Judas mostra ser um bom exemplo de como uma Escola do Campo pode ser transformadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida, Reforma agrária e omissão em Canoas, **jornal do povo**, UFMS Três Lagoas, 2011.

BENINI, Augusto Edy; BENINI, Gustavo Elcio. Reforma agrária no contexto economia solidária, **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 11, nº.13, 2008.

BRASIL. INCRA. **Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 01 Jun. 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In.: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (orgs.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a Questão Agrária nas series iniciais do estudo fundamental**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS – Aquidauana, 2008.

FABRINI, João e. **A posse da terra e o sem terra no Sul do Mato Grosso de Sul**, dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT-UNESP, Presidente Prudente - SP, 1996.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOOGLE MAPS. **Mapa Escola Municipal Rural São Judas via satélite**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Escola+S%C3%83O+JUDAS/>> Acesso em: 01 Jul. 2019.

MOISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marchado campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária, **Revista Estudos avançados**, vol.15, n.43, São Paulo, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, V. M. **Aniversário do assentamento São Judas**. Rio Brilhante, 2015.

PEREIRA, Monica Cox de Brito. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.p.685-691.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndios: efeito da lei de 1850**. Campinas: Unicamp, 2008.

STEDILE, João Pedro. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.p.659-701.